

Raízes do Eurocepticismo Americano

As Consequências Perceptivas da Identidade Nacional

Jacques E. C. Hymans¹

It is a complex fate, being an American, and one of the responsibilities it entails is fighting against a superstitious valuation of Europe.

Henry James²

Introdução

O euro chegou e os europeus gostam do que vêem. Com o sucesso da introdução física do euro, em Janeiro de 2002, a *euro-foria* atingiu um ponto tal que é cada vez mais possível pensar na adesão à nova moeda da Suécia, da Dinamarca e até mesmo do Reino Unido³. Nos Estados Unidos, porém, as reacções aos progressos do euro têm sido muito menos efusivas. O lançamento do euro não foi capa de nenhuma revista económica de relevo e, em geral, os comentários dos líderes de opinião, ou não existiram ou foram mesmo hostis⁴. O desprezo dos líderes de opinião americanos pelo euro não é nada de novo. Martin Feldstein, o antigo presidente do Council of Economic Advisors, sintetizou a opinião de muitas elites americanas quando afirmou, em Janeiro de 2000, «o sucesso do lançamento do euro é algo a notar, mas não a celebrar»⁵.

¹ Gostaria de agradecer a Benjamin J. Cohen, Jorge I. Domínguez, Peter A. Hall, Yoshiko M. Herrera, Rieko Kage, Kevin Narizny e Cyril Nouveau pelos comentários a versões preliminares deste texto. Não têm, obviamente, qualquer responsabilidade sobre a versão final.

² Citado em Cushing Strout, *The American Image of the Old World* (Nova Iorque: Harper and Row, 1963), p. 125.

³ Niels Thygesen, "The Impact of the Introduction of the Euro on Public Perceptions", nota ao Comité da Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, 14 de Janeiro de 2002, [<http://www.europarl.eu.int/comparl/econ/pdf/emu/speeches/20020123/thygesen.pdf>].

⁴ Ver, para uma panorâmica das reacções, John B. Judis, "Don't Be Afraid of the Euro", *The New Republic*, 11 de Fevereiro de 2002, p. 16.

⁵ Martin Feldstein, "The European Central Bank and the Euro: The First Year", versão revista de um texto apresentado à reunião anual da American Economic Association, a 8 de Janeiro de 2000. [<http://www.nber.org/feldstein/euro.html>].

O que justifica esta diferença transatlântica? A ausência de *euroforia* americana seria fácil de entender se se sentisse que o euro poderia ameaçar a hegemonia mundial do dólar. Mas, poucas elites americanas consideram sequer plausível uma séria rivalidade euro-dólar num futuro próximo. Mesmo o tipicamente circunspecto presidente da Reserva Federal, Alan Greenspan, foi citado como tendo afirmado «O euro chegará, mas não se sustentará»⁶.

As pessimistas previsões americanas em relação ao euro apoiam-se em bases razoáveis, mas também existem bases razoáveis para previsões mais optimistas. O *puzzle* que este texto analisará será o de tentar entender o que está subjacente à opinião, subscrita pela esmagadora maioria dos comentadores americanos, de que os europeus apenas podem esperar, no máximo, um futuro medíocre para a sua nova moeda. Por que são eurocépticos tantos americanos? Parte da resposta está nos persistentes estereótipos que os americanos têm sobre o Velho Mundo. A força desses estereótipos e a sua resistência à mudança provém da sua importância para a identidade nacional americana.

Os argumentos do eurocepticismo americano

A maioria dos comentadores económicos do *mainstream* europeu inclinaram-se para apoiar fortemente o projecto do euro⁷. Entre as principais razões para que houvesse esperança conta-se a enorme dimensão da economia europeia e a ainda maior fatia que a Europa detém do comércio internacional. Estes factores fazem instantaneamente com que o euro seja a segunda mais importante

⁶ Citado em Benjamin J. Cohen, "Beyond EMU: the Problem of Sustainability" in Barry Eichengreen e Jeffrey Frieden, eds., *The Political Economy of European Monetary Unification*, 2ª ed. (Boulder, Col.: Westview Press, 2000). De forma mais moderada, Greenspan afirmou publicamente as suas dúvidas sobre a competitividade da nova moeda em "The Euro as an International Currency", discurso perante o Euro 50 Group Roundtable, Washington, 30 de Novembro de 2001.

⁷ Um breve resumo da visão dominante na Europa pode ser encontrada em Agnès Bénassy-Quéré, "Les surprises de l'euro," *La Lettre du CEPII* No. 193 (Setembro de 2000). O material recolhido sobre as percepções dos economistas europeus foi encontrado, sobretudo, em estudos sobre o euro conduzidos por especialistas, a pedido do Comité de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, disponíveis em [http://www.europarl.eu.int/comparl/econ/emu/default_en.htm]. Assim, esta amostra pode não ser totalmente imparcial e tenderá, particularmente, a excluir as teses de economistas europeus anti-euro. Mas, os economistas europeus cujos conselhos são escutados pelo Parlamento Europeu são também os que têm maior credibilidade entre os economistas americanos. A maioria das elites europeias que discordam do euro tende a ter uma orientação de esquerda, senão mesmo marxista, e não fazem parte do *mainstream* do debate transatlântico.

moeda do mundo⁸. Com o euro surgia também a perspectiva de que produzisse significativas poupanças de eficiência, devido à maior transparência dos preços e a menores custos de transacções. O facto de o dólar estar sobrecarregado com um grande e persistentes défice das contas correntes poderia levar investidores nervosos a uma maior diversificação. Finalmente, os europeus afirmam que a escolha que se lhes apresentava em Maastricht não era entre o euro e a livre flutuação das moedas nacionais, mas sim entre o euro e um sistema de taxas de câmbio fixas, cuja utilidade anti-inflacionista estava em rápido declínio⁹.

As elites americanas, se bem que não negassem estes pressupostos, tenderam a manter que outros factores, não tão estritamente económicos, iriam comprometer seriamente o projecto do euro – e que, em resultado, os custos para a Europa da adopção da nova moeda seriam maiores do que os benefícios. Existem, obviamente, muitas opiniões nos Estados Unidos sobre esta questão mas, de uma forma geral, como afirmou o economista Barry Eichengreen, «os americanos são reconhecidamente cépticos em relação aos méritos da unificação monetária europeia»¹⁰. C. Randall Henning coincide, «se fizéssemos uma sondagem no encontro anual da Associação Americana de Economia, é muito provável que uma maioria esmagadora respondesse que a união monetária seria má para a Europa»¹¹. E se a maioria dos líderes de opinião americanos reagiram, moderada ou fortemente, contra, o número de analistas fortemente a favor da nova moeda conta-se pelos dedos de uma mão. C. Fred Bergsten, o maior defensor americano do euro, lamentou o facto de «tão poucos economistas deste lado do Atlântico defenderem, desde o início do debate sobre a união monetária europeia, que a criação do euro era uma

⁸ Na realidade, segundo o *The Economist* de 17 de Abril 17 de 1999, nos seus primeiros meses o euro chegou a ultrapassar o dólar como denominação mais comum para a emissão de títulos.

⁹ Daniel Gros e Niels Thygesen, "The Institutional Approach to Monetary Union in Europe," *The Economic Journal*, Vol. 100, No. 402 (Setembro 1990), pp. 925-935.

¹⁰ O próprio Eichengreen é uma das raras vozes americanas que tem realçado tanto os aspectos positivos como os negativos de uma questão tão complexa. Barry Eichengreen, "EMU: An Outsider's Perspective," CIDER (Center for International and Development Economics Research) Working Paper C96-079, University of California, Berkeley, p. 1, disponível em [<http://iber.berkeley.edu/wps/cider/c96-79.pdf>].

¹¹ C. Randall Henning, "US-EU Relations After the Inception of Monetary Union: Cooperation or Rivalry?" in C. Randall Henning e Pier Carlo Padoan, *Transatlantic Perspectives on the Euro* (Washington, DC: Brookings Institution Press for the European Community Studies Association, 2000), p. 6.

boa ideia, que aconteceria, e que produziria uma moeda forte que desafiaria a supremacia global do dólar»¹².

Os comentadores americanos salientaram os muitos factores socio-económicos e políticos que poderiam complicar ou mesmo inviabilizar o projecto do euro. A breve síntese da literatura que se segue centra-se nos argumentos mais relevantes. Primeiro, no entanto, impõe-se uma palavra sobre as fontes usadas. O centro deste texto são as opiniões sobre o futuro, a médio e longo prazo, do euro, produzidas por indivíduos associados com importantes *think tanks* e institutos de pesquisa americanos¹³. Esta selecção exclui, assim, os debates mais esotéricos de académicos, publicados em revistas especializadas, bem como o conteúdo factual das decisões políticas governamentais. Como é óbvio, há uma boa dose de sobreposição nos postulados intelectuais básicos de muitos daqueles que fazem parte destas várias comunidades.

Os comentadores americanos começam, geralmente, com a observação que a *Eurolândia* não é uma «zona monetária óptima» (ZMO) – ou seja, uma região económica caracterizada pela mobilidade interna dos factores e imobilidade externa dos factores. Quando uma moeda abrange múltiplas regiões económicas, enfrenta múltiplos ciclos de negócios, pelo que as autoridades monetárias enfrentam, muitas vezes, imperativos conflituais simultâneos para apertar ou alargar a política monetária¹⁴. Se a Europa não é uma ZMO, também os Estados Unidos o não são. Mas, o argumento continua, a América tem dois mecanismos compensatórios fundamentais, ausentes na Europa: uma forte tradição de migração interna em busca de emprego, e um sistema fiscal nacional que fornece, mecanicamente, um poderoso estímulo fiscal a regiões economicamente deprimidas e um igualmente poderoso travão fiscal a regiões

¹² C. Fred Bergsten, "The Euro versus the Dollar: Will There Be a Struggle for Dominance?" paper apresentado no encontro anual da American Economic Association annual meeting, Atlanta, Georgia, 4 de Janeiro de 2002.

¹³ Mais concretamente, consultei os escritos dos associados do American Enterprise Institute, Aspen Institute, Berkeley Roundtable on the International Economy, Brookings Institution, Council on Foreign Relations, Heritage Foundation, Hoover Institution, Hudson Institute, Institute for International Economics, National Bureau of Economic Research e a RAND Corporation. Os websites destes institutos têm muitos textos relevantes. Em seguida, procurei outros textos dos autores mais centrais para o debate americano.

¹⁴ Robert A. Mundell, "A Theory of Optimum Currency Areas," *American Economic Review*, Vol. 51, No. 4 (Setembro de 1961), pp. 657-665.

em expansão. Sem estes mecanismos compensatórios, a Europa poderá assistir a crescentes disparidades entre zonas de economia sobreaquecida e zonas em recessão e com desemprego¹⁵. Desta forma, os analistas americanos dão um novo significado à noção de *l'Europe à deux vitesses*.

As elites europeias não rejeitam estes argumentos à partida, apesar de argumentarem que as melhorias em termos de bem-estar provocadas pelo euro afundarão quaisquer disparidades entre «vencedores» e «vencidos»¹⁶. Mesmo se reconhecem problemas com o euro, argumentam frequentemente que tais problemas se podem solucionar com instituições europeias mais fortes¹⁷. Tipicamente, os analistas americanos descartam esta proposta de solução, que consideram como mais uma acha para a fogueira. Apontam, particularmente, para que qualquer futuro arranjo institucional europeu só condenaria mais fortemente o euro a uma contínua fraqueza, por três razões.

Primeiro, os comentadores americanos tendem a argumentar que a ideia europeia de solucionar os problemas da integração com mais integração – a solução «federalista» – iria simplesmente criar um novo patamar de burocracia por cima das já sobrerregulamentadas economias europeias¹⁸. A percepção geral é que as «transferências» de poderes nacionais para Bruxelas não transferem nada. Em relação ao Banco Central Europeu (BCE), especificamente, enquanto os governadores da Reserva Federal são escolhidos pelo Presidente dos Estados Unidos, os membros do conselho do BCE são escolhidos pelos Estados membros. Como afirmou o antigo governador da Reserva Federal, Lawrence B. Lindsey, esta diferença no desenho institucional significa que, enquanto as decisões da Reserva Federal reflectem, muito provavelmente, o interesse colectivo global, as decisões do

¹⁵ Paul Krugman, *The Geography of Trade* (Cambridge, Massachusetts: MIT Press e Louvaina, Bélgica, Belgium: Leuven University Press, 1991), esp. pp. 92-100; Martin Feldstein, "The Political Economy of European Economic and Monetary Unification: Political Sources of an Economic Liability," *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 11 (1997), pp. 23-42; Maurice Obstfeld, "EMU: Ready, or Not?" *NBER Working Paper* No. 6682, Agosto de 1998; e Robert M. Dunn Jr., "One Currency, but Not One Economy," *New York Times*, 3 de Janeiro de 2002.

¹⁶ Esta análise é partilhada mesmo pelos economistas europeus mais «americanistas», como Magnus Blomstrom, como se pode ver em "EMU: Risky but Worth It," disponível em [http://www.project-syndicate.cz/contributors/contributor_text.php4?id=372&lang=1].

¹⁷ Jacques Delors, "The Economic and Monetary Union," 20 de Março de 2001, disponível em [<http://www.notre-europe.asso.fr/fichiers/DiscoursVII01-en.pdf>].

¹⁸ Gary S. Becker, "A Euroskeptic Speaks Out," *Hoover Digest* 1998 No. 4, disponível em [<http://www-hoover.stanford.edu/publications/digest/984/becker.html>].

BCE reflectem, muito provavelmente, um compromisso entre actores nacionais com interesses próprios¹⁹. Os comentadores americanos argumentam que esse tipo de compromissos apareceram na confusa resolução da disputa franco-germânica sobre o mandato de Wim Duisenberg como presidente do BCE²⁰. O resultado da estrutura do BCE deve ser, assim, um euro mais fraco do que o que qualquer economista do *mainstream* poderia tolerar.

Segundo, os comentadores americanos tendem a argumentar que a solução federalista será insustentável devido ao «défice democrático» das instituições europeias²¹. No caso do BCE, notam que a única fiscalização é exercida por um Parlamento Europeu sem poderes, e que o Banco não está a divulgar as minutas das suas deliberações, em contraste com as práticas comuns aos bancos centrais, como a Reserva Federal, o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão²². Esta opacidade, avisam, pode permitir abusos e, em particular, pode levar a que outras considerações, para além do estrito mandato do BCE, estabelecido pelo Tratado, de controlo da inflação, se insinuem nos seus cálculos – tais como a promoção do emprego²³. Mais uma vez, isto teria como resultado um euro fraco

Terceiro, mesmo se se pudessem criar instituições europeias independentes e transparentes, os analistas americanos sugerem que os europeus as rejeitariam, convertendo-se numa crise na sua pertença política primária aos históricos Estados-nação. Muitos comentadores repararam no falhanço simbólico dos europeus mesmo em chegar a um acordo sobre um grupo de heróis históricos comuns que pudessem figurar nas notas de euro²⁴. Por que seria o euro diferente se já falharam tantos esquemas de moedas

¹⁹ Lawrence B. Lindsey, "Euroland: The Morning After," *Milken Institute Review*, primeiro trimestre 1999, disponível em [<http://www.milkeninstitute.org/mod24/mod24-toc-index.html>]. Ver também o seu "Arranged Marriage," *Forbes Global Business and Finance*, 8 de Março de 1999, disponível em [<http://www.aei.org/ra/ralindsey5.htm>].

²⁰ Robert A. Levine, *Western Europe, 1979-2009: A View from the United States* (Santa Monica: RAND, 1998), p. 17. Este argumento ignora convenientemente que os candidatos de ambos os lados tinham uma idêntica reputação de sólida governação monetária.

²¹ Esta preocupação com o «défice democrático» europeu está em contradição com as exigências que os mesmos comentadores fazem de absoluta independência do banco central.

²² Este último ponto também está presente no debate europeu. Sylvester C. W. Eijffinger, "Should the ECB Decide to Publish its Minutes of Meetings?" Briefing Paper for the Economic and Monetary Affairs Committee of the European Parliament, Novembro de 2001.

²³ Melvyn Krauss, "Why the Euro is Sinking," *Wall Street Journal*, 9 de Junho de 1999.

supranacionais, incluindo na própria Europa Ocidental? Pois, como afirma o economista da Reserva Federal Robert F. Graboyes, «há séculos que o nacionalismo tem dilacerado instituições europeias»²⁵. As formas mais extremas deste argumento evocam mesmo a possibilidade de uma guerra europeia, na sequência de um colapso do euro. Martin Feldstein, escrevendo na influente revista *Foreign Affairs*, sugeriu este gélido retrato do futuro que aguarda a *Eurolândia*:

A guerra na Europa seria abominável, mas não impossível. Os conflitos sobre as políticas económicas e a interferência na soberania nacional pode reforçar antigas disputas baseadas na história, na nacionalidade e na religião. A reivindicação alemã de que necessita de ser contida numa entidade política europeia mais vasta é, em si própria, um aviso. Tal estrutura poderá conter a Alemanha, ou tentá-la a exercer uma liderança hegemónica?²⁶

As limitações do eurocepticismo americano

Os analistas americanos acima citados não são propriamente meros provocadores. Têm uma formação académica impecável e muitos deles exerceram importantes postos de responsabilidade, dentro e fora do governo. Tentam honestamente olhar para um futuro inevitavelmente incerto, e seria um erro ignorar totalmente as suas críticas ao euro. Mas, ao mesmo tempo, também seria um erro ignorar à partida os argumentos europeus euro-optimistas, como os americanos costumam fazer. Afinal, os euro-optimistas europeus são igualmente pessoas bem formadas e responsáveis, que durante anos defenderam fervorosamente a via do mercado livre²⁷. Mas, o objectivo central deste texto não é determinar quem está certo; é determinar *por que é que eles pensam o que pensam* – e, de uma forma geral, o pensamento americano e europeu sobre esta questão é muito distinto. Se a tendência

²⁴ Fareed Zakaria, "Money for Mars," *Newsweek*, 11 de Janeiro de 1999. Mas também se poderia argumentar que é a imagem do dólar de «presidentes mortos» que está desactualizada no *Zeitgeist* cultural contemporâneo.

²⁵ Robert F. Graboyes, "A Yankee Recipe for a Euro-Fed Omelet," *Wall Street Journal Europe*, 1 de Agosto de 1990. Mesmo os comentadores americanos mais simpáticos para o euro se preocupam com a sua sustentabilidade enquanto os Estados mantiverem a independência política. Ver, por exemplo, Cohen, "Beyond EMU," op. cit.

²⁶ Martin Feldstein, "EMU and International Conflict," *Foreign Affairs*, Vol. 76, No. 6 (Novembro/Dezembro de 1997).

²⁷ Kathleen R. McNamara, *The Currency of Ideas: Monetary Politics in the European Union* (Ithaca: Cornell University Press, 1998).

européia para abraçar o *wishful thinking* sobre o euro pode ser um bom tópico para explorar, o foco aqui é a compreensão da tendência americana para olhar exactamente para os mesmo dados e não descortinar base alguma para esperança.

Para responder a este *puzzle*, é interessante, em primeiro lugar, identificar os paralelismos entre os argumentos eurocéticos americanos e alguns estereótipos existentes sobre a Europa – os receios com o futuro do euro dos eurocéticos americanos reflectem uma visão geral da Europa como sendo fundamentalmente *estatista*, *elitista* e *primordialista*. A noção de uma Europa *estatista* pode ser vista na assunção de que o problema económico básico da Europa é a sobrerregulação e que as instituições europeias são meras arenas para a prossecução dos estritos interesses do Estado-nação. A noção de uma Europa *elitista* pode ser vista na alegação de que a linguagem explícita do tratado sobre a missão do BCE é uma mera *chiffon de papier* e que, na prática, o BCE seguirá políticas trabalhadas longe dos holofotes que beneficiarão interesses poderosos e bem relacionados, às custas da performance económica global. E a noção de uma Europa primordialista – ou seja, uma Europa com raízes profundas, de ardentes pertenças, e ódios, nacionais e mesmo locais – pode ser vista no facto de a população europeia ser inerentemente imóvel, que ainda recusa abandonar elementos centrais da soberania nacional, e que as nações europeias ainda podem considerar lutar entre si.

Alguns destes estereótipos são, simplesmente, historicamente falsos. As alegações de que a força de trabalho europeia, por exemplo, é inerentemente imóvel ou de que as sociedades europeias são incapazes de lidar com os imigrantes são muito questionáveis. Os Estados Unidos podem bem ser o tipo-ideal de nação de imigrantes mas, historicamente, a Europa também tem sido um continente com constantes fluxos populacionais. Desde logo, milhões de europeus abandonaram os seus lares, como a maioria das elites americanas sabe pela sua própria genealogia. Os Estados europeus também têm uma grande experiência com a imigração. Alguns deles, como a França, foram

denominados «nações de imigrantes», tal como os Estados Unidos²⁸. E certamente que, nas últimas décadas, todos tiveram que lidar com grandes fluxos de imigração; na Alemanha, por exemplo, em 1999, a percentagem de mão-de-obra nascida fora do país era de 8.7 por cento, enquanto nos Estados Unidos era de 11.7 por cento²⁹. Em simultâneo com o aumento de mão-de-obra estrangeira na Europa aumentaram os sentimentos anti-imigrantes mas, o que é relevante, os problemas de assimilação para os migrantes da Europa foram muito menores do que para os de fora da Europa. Pode observar-se esta realidade no caso dos portugueses, que vivem em números significativos por toda a União Europeia e que são, ainda hoje, o maior grupo individual de imigrantes em França³⁰. Mais, e o que só é surpreendente da perspectiva primordialista americana, os dados das sondagens indicam que, *ceteris paribus*, os europeus que já viveram fora do seu país de origem desenvolvem um maior sentimento de identidade europeia do que aqueles que nunca o fizeram³¹. Resumindo, os europeus sabem como sair dos seus lares e as sociedades europeias sabem como dar novos lares aos estrangeiros.

O verdadeiro problema com a visão *standard* Americana da Europa, no entanto, não é tanto o ser errada mas mais o ser *estática*. Para manter esta imagem estática tornou-se necessário ignorar ou menosprezar um crescente número de indicadores políticos, sociais e económicos que demonstram que a Europa de hoje não é a Europa de antanho. E esta evolução é sobretudo marcante nas ideias sobre a própria Europa. É essencialmente impossível explicar a escolha da UEM sem fazer referência a uma forte vontade política de construir algo para além do Estado-nação como unidade básica da governação europeia. Será realmente apenas umas «miragem» destinada a desaparecer

²⁸ Donald Horowitz e Gérard Noiriel, *Immigrants in Two Democracies: The French and American Experience* (Nova Iorque: New York University Press, 1992).

²⁹ OECD, *Trends in International Migration*, Edição de 2001 (Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2001), p. 54.

³⁰ Pedro Telhado Pereira e Lara Patricio Tavares, "Is Schooling of Migrants' Children More Like That of their Parents, their Cousins or their Neighbors?" *Journal of International Migration and Integration*, Vol. 1, No. 4 (Outono de 2000).

³¹ A. Maurits Van Der Veen, "Determinants of European Identity: A Preliminary Investigation Using Eurobarometer Data," texto apresentado no International Studies Association conference, New Orleans, Louisiana, Março de 2002.

perante o ressurgimento de sentimentos nacionalistas³²? Talvez seja. Mas vale a pena recordar que ao longo da história da integração europeia houve avisos de que o passo seguinte seria aquele que iria longe de mais e que poria todo o projecto europeu em perigo³³. E, todavia, se o processo de integração europeia não é estanque, o certo é que, nas quatro últimas décadas, acumulou sucessos em cima de sucessos.

Um bom exemplo do falhanço dos eurocéticos americanos em actualizar a sua compreensão da Europa pode encontrar-se nas grandes dúvidas que tiveram, até ao último minuto, sobre a capacidade dos europeus em alcançarem de facto a moeda única. Confiantes na sua visão de uma Europa estatista, elitista e primordialista, as elites americanos consideraram, muito tempo, a ideia da união monetária como não sendo mais de que uma fantasia euro-federalista. A administração George H. W. Bush, há uma década, nem sequer estudou a questão seriamente³⁴. A crise do Mecanismo de Taxas de Câmbio do início dos anos 90 reforçou as crenças americanas na correcção do seu diagnóstico, se bem que, na verdade, tenha sido, em grande medida, uma profecia que se cumpriu a si mesma: as expectativas de colapso foram, elas próprias, agentes causais do colapso³⁵. Depois da crise, em vez de confiarem na política europeia e nas reformas institucionais que puseram o projecto do euro de novo nos carris, a maioria dos comentadores americanos limitaram-se a concluir que as suas dúvidas relativamente à racionalidade de todo o projecto da UEM se tinham confirmado. O economista e antigo sub-secretário do Comércio para os Assuntos Económicos Everett M. Ehrlich admitiu em 1998 que, para ele, «os planos para a UEM e o euro pareciam mais um obscuro rito de um grupo de estudantes do que uma verdadeira peça de política

³² Robert J. Samuelson, "Europe's Huge Economic Gamble," *Newsweek*, 26 de Dezembro de 2001.

³³ Para um exemplo recente, ver Alberto Alesina e Roman Wacziarg, "Is Europe Going Too Far?" NBER Working Paper No. 6663, Janeiro de 1999, disponível em [<http://papers.nber.org/papers/w6883.pdf>].

³⁴ John Peterson, *Europe and America in the 1990s: The Prospects for Partnership* (Aldershot, UK: Edward Elgar, 1993), p. 121.

³⁵ O papel americano na crise foi tão significativo que mesmo reformadores económicos como Pierre Bérégovoy, Raymond Barre e Helmut Kohl acreditaram que os americanos tinham sabotado *propositadamente* o MTC. John W. Holmes, *The United States and Europe after the Cold War: A New Alliance?* (Columbia, S. C.: University of South Carolina Press, 1997), p. 195.

económica»³⁶. Em 1997, o influente colunista Walter Russell Mead, de forma mais concisa, deu o seu irónico conselho aos europeus euro-optimistas: «Vão sonhando»³⁷. Mas em 1999 o sonho tornou-se realidade, e em 2002 a realidade da UEM foi ainda mais confirmada pela introdução física da moeda. E no entanto esses marcos não perturbaram os cépticos americanos, pois, como Martin Feldstein já tinha afirmado em 1997, *por mais fortes* que as instituições europeias venham a ser no futuro – *mesmo se* «a UEM se concretizar e conduza a uma união política com uma política militar e externa independente» – a América deverá, de qualquer forma, continuar a relacionar-se com a Europa estritamente enquanto conjunto de Estados-nação:

Os Estados Unidos terão uma oportunidade para desempenhar um novo, útil, papel na Europa, ajudando a equilibrar as pressões nacionais e prevenindo que os inevitáveis conflitos dêem lugar a confrontos mais sérios. Os Estados Unidos devem, assim, sublinhar que querem que as suas relações com as nações individuais da Europa se mantenham tão fortes quanto hoje e não devem permitir que Bruxelas interfira entre Washington e as capitais nacionais da Europa³⁸.

Seria difícil encontrar uma indicação mais clara da rigidez conceptual americana do que a proposta de Feldstein de que, seja qual for a transformação da Europa, devemos continuar a tratá-la como se essa mudança nunca tivesse ocorrido.

A persistência de uma visão ultrapassada é facilmente compreensível se o objecto de análise for uma sociedade fechada, com uma cultura que não nos é nada familiar. Hoje, podemos imaginar a Coreia do Norte como estando semelhante ao que era em 1950, e podemos estar enganados – mas falta-nos a informação ou a compreensão para fazer afirmações mais realistas. Mas, a Europa não é fechada como a Coreia do Norte. Na verdade, os fluxos transatlânticos de bens, informação e pessoas são enormes. Mais de 4 milhões

³⁶ James K. Glassman, "New Coin of the Realm," *US News and World Report*, 11 de Maio de 1998, disponível em [<http://www.aei.org/ra/raglass17.htm>]. Ehrlich estava aqui a admitir que poderia ter errado.

³⁷ Walter Russell Mead, "Economic Union: Will All Europeans Have the 'Right' to Live in Paris?" *Los Angeles Times*, 22 de Junho de 1997.

de americanos visitaram o Reino Unido em 1999, enquanto cerca de 3 milhões visitaram a França e 2 milhões a Alemanha e a Itália. Não existe de forma alguma escassez de oportunidades para que os americanos actualizem a sua informação sobre a Europa e os europeus. O que os impede de o fazerem?

Podem existir muitos factores. Os economistas puramente académicos, por um lado, têm uma tendência para considerar que quase nenhuma iniciativa económica real consegue içar-se à elegância da teoria económica. Mas, por maiores que sejam os desvios europeus em relação aos ideais teóricos, dificilmente explicam a natureza de muita da retórica sobre a Europa proferida actualmente pelos líderes de opinião americanos. Estamos longe do terreno dos reis da filosofia, quando um destacado membro da elite política americana, escrevendo numa importante revista mensal, pode comentar que::

Quando a América Jacksoniana pensa sobre a Europa, vê o que o *Sheriff* Andy de Mayberry viu em Barney Fife – um delegado magricela e neurótico, cujo bom coração é assombrado pelo pouco discernimento e pela vaidade. O calmo e sólido Andy tolerava bem Barney, mas sabia que a presunção de Barney iria colocá-lo constantemente em humilhantes embaraços³⁹.

Há algo de muito mais profundo aqui do que preocupação com a flexibilidade das instituições do mercado de trabalho europeu. Para se entender a falta de vontade das elites americanas para aceitar as mudanças que estão a ocorrer na Europa, deve prestar-se especial atenção a uma variável frequentemente pouco examinada nas análises de política económica externa: as consequências perceptivas da identidade nacional americana.

A crença americana

No centro da concepção tradicional da identidade nacional americana estão três ideias ou valores⁴⁰. A primeira ideia é negativa: a nação *não* é definida

³⁸ Feldstein, "EMU and International Conflict," op. cit. Como já foi referido, Feldstein não recuou em relação à sua posição de 1997, como pode ser visto no seu 2000 NBER *working paper* "The European Central Bank and the Euro: The First Year," op. cit.

³⁹ Walter Russell Mead, "The Case Against Europe," *Atlantic Monthly*, Abril de 2002, disponível em [<http://www.theatlantic.com/issues/2002/04/mead.htm>].

⁴⁰ Estas ideias encontram-se na obra clássica de Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History* (Nova Iorque: H. Holt, 1920). Um clássico moderno na mesma linha é Samuel P. Huntington, *American Politics: The Promise of Disharmony* (Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1981). Um estudo recente de opinião pública que demonstra a permanência da centralidade destas ideias é Jack Citrin, Ernst B. Haas, Christopher Muste e

pelo «sangue e solo». Pelo contrário, é uma *nova* nação, única precisamente pela ausência de raízes históricas profundas. A segunda e a terceira ideias derivam da filosofia política do Iluminismo: *individualismo* e *igualdade de oportunidades*, ambas globalmente entendidas em termos sociais, económicos e políticos. Por que é que os americanos se centram no novo, no individualismo e na igualdade de oportunidades e não noutros aspectos da sua cultura? Apesar da complexidade da sua cultura, a identidade americana – tal como todas as identidades – centra-se apenas em alguns elementos dessa cultura, imaginadas como fulcrais. A saliência particular destes elementos numa identidade deriva, muitas vezes, da função que desempenham na diferenciação do «Eu» por comparação a «Outros» especiais. Outros especiais são actores que, apesar de com eles termos intensas interacções, sentimos, ainda que de forma incipiente, que não fazem parte de nós⁴¹.

Não há dúvida que a Europa (incluindo a Rússia) tem sido um Outro especial de comparação, e provavelmente o mais importante para a concepção tradicional americana de identidade nacional. Outros Estados e regiões podem ser importantes para os objectivos americanos ou podem desafiar os seus interesses, mas não desempenham o papel especial na identidade americana que a Europa tem desempenhado nos dois séculos de independência americana. A Europa, numa palavra, é o contraste da América. O contraste entre a crença americana e o seu entendimento sobre a Europa é completo: o «novo» americano *versus* o primordialismo europeu; o individualismo americano *versus* o estatismo europeu; a igualdade de oportunidades americana *versus* o elitismo europeu. A necessidade americana de se auto-diferenciar da Europa tem raízes históricas na guerra da independência⁴². Re-imaginações posteriores sobre a identidade nacional americana, por pensadores como Frederick Jackson Turner e Woodrow Wilson, também

Beth Reingold, "Is American Nationalism Changing? Implications for Foreign Policy," *International Studies Quarterly*, Vol. 38, No. 1 (Março de 1994), pp. 1-31.

⁴¹ Os trabalhos teóricos relevantes aqui são Fredrik Barth, ed., *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference* (Boston: Little, Brown, 1969) e os trabalhos socio-psicológicos da teoria da identidade social, nomeadamente a acumulação de dados empíricos publicada em *European Review of Social Psychology* (Chichester, UK: John Wiley, 1990-até hoje).

reflectiram uma necessidade contínua de definir a América em contraste com a Europa⁴³. A tentativa de diferenciar a América da Europa, note-se, não implica necessariamente inimizade; pelo contrário, a imagem americana do Velho Mundo é marcada por uma ambivalência fundamental. Os americanos podem sentir, por exemplo, que têm sorte em ter escapado ao primordialismo Europeu de ódios colectivos, mas podem sentir-se menos felizardos pela falta de sentimentos de raízes e de pertença que imaginam que os europeus têm.

Resumindo, as imagens americanas da Europa e da América estão inescapavelmente inter-relacionadas. A imagem da Europa como estatista, elitista e primordialista não somente é diferente, mas igualmente *necessária*, da identidade tradicional americana de individualismo, igualdade de oportunidades e de «novo». Mas por que será que o facto de as percepções americanas sobre a Europa serem baseadas na identidade americana é relevante para a atitude americana perante o euro? Interessa porque as imagens e estereótipos fruto da identidade nacional têm três consequências perceptivas centrais que outras imagens não têm⁴⁴.

Primeiro, é provável que as percepções derivadas da identidade estabeleçam a primeira leitura da situação, pois a centralidade da identidade faz com que essas imagens estejam mais presentes na memória. Assim, quando os americanos ouvem a palavra Europa, seja o tema político, económico ou mesmo cultural, a *troika* do estatismo, elitismo e primordialismo vem imediatamente à memória.

Segundo, é provável que as percepções derivadas da identidade sejam altamente resistentes a informação que não as confirme, pois as pessoas, tipicamente, desejam que as suas auto-percepções sejam consistentes, e mudar a opinião sobre o Outro requer mudar a opinião sobre o Eu. Desta

⁴² Seria interessante explicar como é que a visão americana do Outro evoluiu da estreita auto-comparação com a Inglaterra a uma abordagem mais abrangente com o Velho Mundo. Strout, *The American Image of the Old World*, op. cit. coloca-nos no caminho certo.

⁴³ Turner, *The Frontier in American History*, op. cit.; para mais informação sobre o projecto de identidade de Wilson, ver Ido Oren, "The Subjectivity of the Democratic Peace: Changing US Perceptions of Imperial Germany," *International Security*, Vol. 20, No. 2 (Outono 1995), pp. 147-184.

⁴⁴ Para um debate mais vasto sobre a relação entre a identidade, a percepção e a escolha ver Jacques E. C. Hymans, "Why Get The Bomb? How State Leaders' Psychologies Matter," texto para o encontro anual da American Political Science Association, São Francisco, California, Setembro 2001, disponível em [<http://pro.harvard.edu/papers/019/019013HymansJacq.pdf>].

forma, é provável que novas informações sobre a natureza do Outro sejam negadas, desprezadas, ou racionalizadas de maneira a proteger a concepção de identidade nacional⁴⁵.

Terceiro, é provável que as percepções derivadas da identidade reforcem imagens idealizadas do Eu. Enquanto o primeiro objectivo da construção de identidade é, inegavelmente, a diferenciação Eu-Outro, um segundo objectivo é, tipicamente, a manutenção da auto-estima. E, na verdade, um dos mais interessantes aspectos da descrição da economia europeia, do euro e do BCE feita pelos analistas americanos, é a frequência com que invocam as instituições *americanas* paralelas como pontos de referência. Dizem-nos que, ao contrário da América, a União Europeia não tem mobilidade de mão-de-obra; ao contrário da América, a União Europeia não tem um sistema fiscal único; ao contrário da Reserva Federal americana, o BCE não tem independência política nem legitimidade democrática; ao contrário da América, a Europa não tem heróis culturais comuns; ao contrário da América, a Europa é, basicamente, incapaz de mudança. Já foi referido como a exactidão das afirmações sobre a Europa pode ser questionada, mas a exactidão das afirmações implícitas sobre a *América* pode igualmente ser questionada. Será que as regiões americanas integram os migrantes internos na sua população? A experiência histórica da imigração pobre, negra e branca, do Sul para o Norte e o Oeste aponta para outra conclusão⁴⁶. Até que ponto está a Reserva Federal imune à pressão política? Os dados sugerem que, na realidade, é muito receptiva a interesses políticos regionais e partidários⁴⁷. Em resumo, tal como qualquer discurso identitário, as crenças estereotipadas americanas sobre a Europa acabam por reflectir crenças estereotipadas sobre os próprios americanos.

⁴⁵ É verdade que, no pós-guerra, os Estados Unidos elaboraram e promoveram a ideia de «Estados Unidos da Europa». O zelo missionário é, claro, outra especialidade americana. Mas ainda nos primórdios do domínio americano, juntamente com os grandes sonhos estavam as profundas dúvidas sobre a capacidade europeia de o conseguir. Ver Francis H. Heller e John R. Gillingham, *The United States and the Integration of Europe: Legacies of the Postwar Era* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996).

⁴⁶ Thomas J. Sugrue, "Crabgrass-Roots Politics: Race, Rights, and the Reaction against Liberalism in the Urban North, 1940-1964," *Journal of American History*, Vol. 82, No. 2 (Setembro de 1995), pp. 551-578.

⁴⁷ Thomas Havrilesky, *The Pressures on American Monetary Policy* (Boston: Kluwer Academic, 1993).

O papel especial da Europa na identidade americana pode, assim, ser visto como produzindo a rigidez das visões americanas sobre o euro e a União Europeia em geral. Mas cinge-se esta rigidez à Europa ou será que os americanos a têm relativamente a todos os sistemas estrangeiros? Na verdade, a inflexibilidade das atitudes americanas em relação à Europa contrasta fortemente com a sua flexibilidade em relação ao Japão, durante as duas últimas décadas. É certo que os americanos também têm estereótipos sobre o Japão mas, na década de 80 e início dos anos 90, revelaram-se altamente maleáveis. As elites americanas maravilharam-se com o crescimento japonês e procuraram fervorosamente os segredos do seu «milagre». Elegeram o Japão como modelo de altas taxas de poupança e investimento, a ser seguido⁴⁸. Sublinharam como os japoneses conseguiram ganhos de produtividade através da estruturas organizacionais inovadoras⁴⁹. E mesmo os economistas do *mainstream* americano acabaram por aceitar a legitimidade teórica da ideia, antes herética, de apoio específico a indústrias «estratégicas»⁵⁰. Quando a economia japonesa arrefeceu, o interesse americano no modelo japonês baixou. Este exemplo demonstra que as elites de opinião americanas são capazes de admitir as fraquezas nacionais e de aprender novas lições económicas – e mesmo de apoiarem um «modelo» económico externo. Mas os americanos não podem certamente ser acusados de apoiarem o modelo europeu. Com a perspectiva identitária aqui descrita, as diferenças nas reacções americanas aos projectos económicos da Europa e do Japão não são difíceis de explicar: a Europa é o Outro com que se compara a identidade nacional americana; o Japão não é.

Variações nas elites americanas

O principal enigma analisado neste texto é a atitude geral americana para olhar para o euro com cepticismo. Existem muitas razões para se ser céptico em relação ao euro, mas existem igualmente muitas razões para se ser optimista. À luz desta imagem objectivamente mesclada, a estreiteza do debate

⁴⁸ J. Bradford de Long e Lawrence H. Summers, "Equipment Investment and Economic Growth," *Quarterly Journal of Economics* Vol. 106, No. 2 (Maio de 1991), pp. 445-502.

⁴⁹ Michael L. Dertouzos et al., *Made in America: Regaining the Productive Edge* (Nova Iorque: Harper Trade, 1990).

⁵⁰ Laura D'Andrea Tyson, *Who's Bashing Whom: Trade Conflicts in High-Technology Industries* (Washington, DC: Institute for International Economics, 1992).

americano sobre a questão é espantosa. Mesmo os mais euro-optimistas líderes de opinião do *mainstream* americano tendem a ser menos convictos acerca da sustentabilidade do euro do que os mais eurocépticos dos seus interlocutores Europeus (continentais). Parte da explicação desta tendência, como referido, pode residir nas consequências perceptivas da concepção tradicional da identidade nacional americana.

Mas, existem variações entre as elites americanas, o que requer uma análise adicional. Se alguns americanos vêem o euro como um quase certo desastre, outras há que admitem que, com todas as suas falhas, pode vir a resultar.

A análise das posições em relação ao euro aponta para que, em geral, os analistas ligados a *think tanks* conservadores ou a administrações republicanas tendem a denegrir mais o euro do que os ligados a *think tanks* liberais ou a administrações democratas. Na primeira categoria encontram-se, por exemplo, membros do American Enterprise Institute, da Hoover Institution e veteranos das administrações Reagan e Bush. Na segunda, por seu lado, encontram-se, por exemplo, membros da Brookings Institution, do Institute for International Economics e veteranos das administrações Carter e Clinton. As diferentes cores partidárias nas abordagens ao euro e à União Europeia ficaram também evidentes ao nível das políticas das administrações⁵¹.

Se estas aparentes diferenças partidárias podem suportar um escrutínio mais sistemático, o que as pode explicar? De um ponto de vista ideológica, certamente que os republicanos são mais antagonistas à história de «cobrar e gastar» dos europeus, mas isto dificilmente explica por que olhariam desfavoravelmente para o euro que, através do mecanismo do pacto de estabilidade, forçou os Estados europeus ao apertar de cinto que eles tipicamente promovem. Outra importante peça da explicação é a existência de uma forte ala anglófona no Partido Republicano, com laços particularmente fortes com os eurocépticos Tories⁵². Mas, é evidente que o debate americano

⁵¹ A administração Clinton, por exemplo, renovou a antigamente dormente missão dos Estados Unidos junto da União Europeia, nomeando um diplomata com poderes, Stuart Eizenstat, como embaixador. Sobre as relações EUA-UE durante o mandato Clinton, por alguém que nelas trabalhou, ver Anthony Laurence Gardner, *A New Era in US-EU Relations? The Clinton Administration and the New Transatlantic Agenda* (Aldershot, UK: Avebury, 1997).

⁵² Quanto mais nos aproximamos da disputa política, maior pode ser o papel desempenhado pela dupla Tories-Republicanos na promoção de atitudes eurocépticas, Por exemplo, William

não é uma mera réplica do debate britânico – e, afinal, mesmo os Tories têm uma significativa ala euro-optimista.

Outra hipótese se insinua, mais em linha com o ênfase dado ao factor da identidade nacional. Como Samuel P. Huntington mostrou, a crença tradicional americana – a *troika* de «novo», individualismo e igualdade de oportunidade – provou, em mais de dois séculos, ser muito elástica⁵³. Dados de sondagens, no entanto, fornecem algumas indicações de que, pelo menos a esquerda do espectro político americano, pode estar gradualmente a afastar-se da crença tradicional e a abraçar o *multiculturalismo*⁵⁴. O multiculturalismo sugere particularmente que a América deve ultrapassar o culto do «novo». Para os multiculturalistas, nem a América é «virgem» nem os americanos são «novos», e aplaudem mesmo a resistência das culturas tradicionais perante o poder homogeneizador do *melting pot* americano.

A questão das atitudes americanas face ao euro pode parecer muito distante das suas atitudes face ao multiculturalismo. Mas, na verdade, se o culto da «diversidade» substituiu definitivamente o culto do «novo» na crença americana, as consequências para a visão americana sobre a Europa e o euro podem ser substanciais, por duas razões. Primeira, o multiculturalismo aposta no potencial das instituições para superar qualquer conflito que possa resultar de divisões étnicas ou nacionais. Enquanto a crença tradicional americana afirma que a Europa, com as suas enraizadas culturas nacionais, é um inevitável choque em construção, o multiculturalismo sugere que um centro mais forte em Bruxelas poderia muito bem segurar os «demónios» – e poderia mesmo dar à luz o ideal multicultural da «unidade na diversidade». Segundo, e talvez ainda mais importante, um crescimento do multiculturalismo levaria a um muito menor interesse americano nas questões europeias. O Secretário de Estado de Bill Clinton, Warren Christopher, usou um dos mais salientes *slogans* do novo multiculturalismo quando afirmou que em Washington havia demasiadas «atitudes Euro-cêntricas [...] A Europa Ocidental já não é a área

Safire escreveu uma peça brutal contra o euro após uma visita a William Hague em Londres. William Safire, "Alice in Euroland," *New York Times*, 30 de Abril de 1998.

⁵³ Huntington, *American Politics: The Promise of Disharmony*, op. cit.

⁵⁴ Citrin et al., "Is American Nationalism Changing?" op. cit.

dominante do mundo»⁵⁵. Se diminuir o papel da Europa enquanto o Outro de comparação para as elites americanas, desenvolverão uma visão mais flexível sobre ela. Paradoxalmente, quanto *menos* atenção os americanos prestarem à Europa, *mais* correctas poderão ser as suas percepções.

Conclusão

Este texto procurou analisar a razão do pessimismo sobre o euro da muitas das elites de opinião americanas. Os analistas americanos referem muitos pontos sérios sobre as dificuldades e perigos inerentes a uma moeda supranacional. Mas não deixa de ser um enigma o porquê da sua esmagadora maioria ter escolhido sublinhar os potenciais aspectos negativos, enquanto os seus colegas europeus têm sido muito mais optimistas. Este texto sugere que por trás do pensamento americano sobre o euro está a forma como a Europa é vista – fundamentalmente como estatista, elitista e primordialista. Esta imagem da Europa não é uma descrição totalmente justa da actual realidade europeia, mas persistiu porque a Europa, assim descrita, serve como contraste perfeito à identidade nacional tradicional americana – individualismo, igualdade de oportunidades e «novo». Porque a imagem da Europa se baseia na identidade nacional americana, é previsível que persistam as previsões pessimistas sobre o euro. No entanto, o desenvolvimento do multiculturalismo pode significar uma erosão na concepção tradicional da identidade nacional americana. A longo prazo, estas mudanças tectónicas na identidade podem levar a uma modificação da visão americana da Europa e do euro.

Se o mais provável é que a maioria da elite americana permaneça eurocética, pelo menos a médio prazo, quais são as possíveis consequências para as relações Estados Unidos-Europa? Primeiro, pode afectar decisões de investimento de investidores particulares e institucionais americanos. Se os investidores tiverem na cabeça o mesmo tipo de estereótipos que têm os líderes de opinião, pode-se esperar uma queda persistente do valor do euro face ao dólar. Segundo, em termos de relações políticas, é improvável que os Estados Unidos apoiem uma consolidação das quotas europeias no FMI, ou um «G-3» monetário, envolvendo os Estados Unidos, o Japão e um

⁵⁵ Citado em Holmes, *The United States and Europe*, op. cit., p. 194.

representante da *Eurolândia*⁵⁶. Mas se há uma lição a tirar da história das previsões americanas em relação ao euro, é que tentar antecipar o futuro é um negócio perigoso.

⁵⁶ Estas e outras propostas de revisão da política americana face ao envolvimento europeu nas instituições financeiras internacionais foram feitas em C. Randall Henning, *Cooperating with Europe's Monetary Union*, Policy Analyses in International Economics No. 49 (Washington, DC: Institute for International Economics, Maio de 1997).